



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 31

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1968

## PRESIDÊNCIA

### SESSÃO CONJUNTA

**Em 12 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos**

(TERÇA-FEIRA)

### ORDEM DO DIA

Continuação da discussão em turno único, do Projeto de Lei número 1.438-60 (C.N.), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros; altera a redação dos artigos 48 e 53 do Decreto-lei número 37, de novembro de 1966, e dá outras providências, tendo parecer, sob número 10, de 1968 (C.N.), da Comissão Mista, pela inconstitucionalidade.

**CALENDÁRIO E SENADORES DESIGNADOS PARA AS COMISSÕES MISTAS REFERENTES A VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS NO PERÍODO DE 19 DE MARÇO A 16 DE ABRIL DE 1968:**

#### DIA 19 DE MARÇO, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 1438-60 e no S.F. Nº 58-67 — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. — Senadores: Domicílio Gondim — Adolpho Franco — Antonio Balbino.

#### DIA 21 DE MARÇO, AS 21,30 HORAS

Projeto no (C.N.) 9-67 — Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras. — Senadores: Fernando Corrêa — Petronio Portella — Bezerra Neto.

#### DIA 26 DE MARÇO, AS 21,30 HORAS

Projeto Nº 17-67 (C.N.) — Dispõe sobre os orçamentos plurianuais de investimentos e dá outras providências. — Senadores: Wilson Gonçalves — Carvalho Pinto — Josaphat Marinho

#### DIA 27 DE MARÇO, AS 21,30 HORAS

Projeto Nº 16-67 (C.N.) — Autoriza a instituição da «Fundação Nacional do Índio», e dá outras providências. — Fernando Corrêa — José Guimard — Adalberto Senna.

Projeto Nº 14-67 (C.N.) — Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. — Ney Braga — Eurico Rezende — Edmundo Levi.

Projeto Nº 13-67 (C.N.) — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. — Filinto Muler — José Feliciano — Adalberto Senna.

#### DIA 28 DE MARÇO, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 456-67 e no S.F. Nº 103-67 — Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27.10.66, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências. — Senadores: Carlos Lindenberg — Wilson Gonçalves — José Ernirio.

Projeto na C.D. Nº 3.619-66 e no S.F. Nº 51-65 — Altera o art. 79 da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos

Civis, da União). — Senadores: Menezes Pimentel — José Leite — Arthur Virgílio.

#### DIA 2 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 35-67 e no S.F. Nº 125-67 — Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30.4.68, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Pauleiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. — Senadores: Paulo Torres — José Guimard — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 80-67 e no S.F. Nº 139-67 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares. — Senadores: Senadores: Mello Braga — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

#### DIA 3 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4052-62 e no S.F. Nº 150-65 — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao Serviço Público Federal. — Senadores: Antonio Carlos — José Feliciano — Aurélio Vianna.

Projeto na C.D. Nº 2408-57 e no S.F. Nº 142-64 — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo. — Senadores: Celso Ramos — Atílio Fontana — Edmundo Levi.

Projeto na C.D. Nº 455-67 e no S.F. Nº 106-67 — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura. — Senadores: Carlos Lindenberg — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

#### DIA 4 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 607-67 e no S.F. Nº 117-67 — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará. — Senadores: Carlos Lindenberg — José Guimard — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 112-67 e no S.F. Nº 80-67 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e dá outras providências. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Antonio Balbino.

Projeto na C.D. Nº 526-67 e no S.F. Nº 138-67 — Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8.12.66, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas. — Senadores: Carvalho Pinto — José Leite — Pessoa de Queiroz.

#### DIA 16 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4071-66 e no S.F. Nº 30-66 — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA). — Senadores: Mello Braga — Julio Leite — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 3227-65 e no S.F. Nº 60-67 — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento. — Senadores: Duarte Filho — Carvalho Pinto — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 121-67 e no S.F. Nº 135-67 — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Adalberto Senna.

Projeto na C.D. Nº 315-67 e no S.F. Nº 1-68 — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Senadores: Lobão da Silveira — Manoel Villça — Adalberto Senna.

ATA DA 5ª SESSÃO, EM 7  
DE MARÇO DE 19682ª Sessão Legislativa Ordinária,  
da 6ª Legislatura  
(Extraordinária)PRESIDENCIA DO SR. GILBERTO  
MARINHO.As 10 horas acham-se presentes  
os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Milton Trindade  
Clodomir Mile  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Manoel Vilça  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz  
José Ermirio  
Rui Palmeira  
Leandro Maciel  
Júlio Leite  
Aloysio de Carvalho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Gluberti  
Aarão Steinbruch  
Aurélio Vianha  
Gilberto Marinho  
Nogueira da Gama  
Lino de Mattos  
João Abrahão  
José Feliciano  
Fernando Corrêa  
Ney Braga  
Daniel Kröger

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta ao seguinte Requerimento de Informações:

Nº 1.147-67, de autoria do Senador Domício Gondin, enviada pelo Ministério da Fazenda.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, requerimento de informações dos Srs. Senadores Lino de Mattos e José Ermirio, encaminhados à mesa em sessão anterior.

São os seguintes:

## Requerimento nº 150, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, o seguinte pedido de informações:

1º Qual a estimativa do prejuízo causado pelo contrabando aos cofres da União, nos exercícios de 1964 a 1967?

2º Qual o número atualmente existente de fiscais aduaneiros no exercício específico de suas funções e em que portos brasileiros se encontram lotados?

3º Existe plano governamental para aproveitamento no setor da fiscalização alfandegária, de funcionários de outras repartições que estão atualmente sem função específica?

4º Poderia esse Ministério relacionar, nominalmente, os fiscais aduaneiros nomeados a partir da homologação do último concurso realizado, conforme publicação no Diário Oficial da União, de 17.7.62?

Sala das Sessões, 6 de março de 1968. — Senador Lino de Mattos.

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHIEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHIEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Despacho das oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

## SENADO FEDERAL

## Requerimento nº 151, de 1968

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, o seguinte Pedido de Informações:

1º Tendo o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Resolução nº 3-68 prorrogado, sine die, a prova de contratação de seguro obrigatório de responsabilidade civil, por parte de veículos de propriedade de pessoas jurídicas de direito público, a quem cabe a obrigação de indenizar danos causados a terceiros pelos referidos veículos?

2º O CNSP, ao tomar a Resolução referida no item anterior, examinou, por uma questão de equidade, a situação dos proprietários de veículos particulares que, também surpreendidos pela exigência do seguro obrigatório, não dispõem, nos seis minguados orçamentos, de verbas suficientes para o atendimento desse pesado ônus?

Sala das Sessões, 6 de março de 1968. — Senador Lino de Mattos.

## Requerimento nº 152, de 1968

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério de Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1º Quanto paga, para propaganda, cada saca de café exportada pelo Brasil, no Exterior?

2º Como está sendo feita a distribuição dessa propaganda, estipulando-se país por país?

3º Quem acompanha e fiscaliza a distribuição dessas quotas?

4º Qual o critério adotado na distribuição?

5º Por quem é dirigido o fundo estabelecido?

6º Quais os países onde a propaganda do café é mais intensa? Se nos Estados Unidos, está ela sendo intensificada?

7º A quota brasileira a quanto monta atualmente?

8º Qual o total do fundo no presente ano?

## Justificação

O assunto café tem preenchido presentemente as páginas dos nossos periódicos, notadamente na parte do solúvel. Não é demais, entretanto, lembrarmos que essa rubrica ainda pesa na nossa balança de exportação em mais de 43%, depois de haver atingido a mais de 50%. Como acontece com outros produtos brasileiros, também no setor café estamos exportando mais e recebendo cada vez menos. No ano de 1966 recebemos 756 milhões de dólares contra 705 milhões este ano, quando neste nossa exportação cresceu.

O Senado e a nação precisam conhecer, portanto, quanto está pagando o nosso café no plano internacio-

nal, destinada à promoção de propaganda pois daí decorre grande importância à nossa economia. Deve ser uma verba muito grande.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1968. — Senador José Ermirio de Moraes.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento do Sr. Senador Duarte Filho, cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

## Requerimento nº 153, de 1968

Nos termos do art. 212, letra y, do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Sr. Tarso Dutra, Ministro de Estado da Educação e Cultura do Brasil, na sessão inaugural, realizada em 15 de fevereiro de 1968, da Quinta Reunião do Conselho Cultural Interamericano.

Sala das Sessões, em 6.3.68. — a) Duarte Filho.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento que acaba de ser lido será submetido a Plenário na Ordem do Dia da sessão seguinte, na forma do que dispõe o nº 2 do art. 202 do Regimento Interno.

## (SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Ruy Carneiro.

## O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, Srs. Senadores, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, sendo a primeira vez que o faço nesta sessão Legislativa, quero aproveitar a oportunidade para render uma homenagem especial aos novos dirigentes desta Casa, aos membros da Mesa, recém-eleita.

Inicialmente homenagem a V. Exa, Senador Gilberto Marinho, que substituiu, na Presidência do Senado, o nobre Senador Moura Andrade. Manifesto-lhe minha confiança, pois tenho fé na sua brilhante inteligência, no seu patriotismo, no seu amor ao Senado. Sei que dirigirá os nossos destinos da mesma maneira como o fez o seu preclaro antecessor. É tarefa difícil, reconheço, substituir um parlamentar das qualidades intelectuais e de administrador do Senhor Senador Moura Andrade, mas estou convicto de que V. Exa. preencherá admiravelmente bem a lacuna por ele deixada.

Este é o meu voto sincero de colega e amigo.

Em segundo lugar, quero prestar uma homenagem ao eminente Senador Rui Palmeira, que substitui V. Exa. na 2ª Vice-Presidência. Trata-se de um velho parlamentar, Deputado e Senador por várias legislaturas, homem de bem, brilhante, esclarecido,

ponderado e portador de grandes virtudes cívicas.

Agora, Sr. Presidente, minhas homenagens, sinceras também, aos demais Membros do partido de Vossa Exa., reconduzidos aos seus postos na Mesa, pelos méritos pessoais de cada um dos eminentes Senadores da ARENA.

Da bancada do meu partido elegemos, para a 1ª Vice-Presidência, o Senador Pedro Ludovico, meu velho companheiro, meu grande amigo, a quem sou preso por laços de fraternal estima, em substituição ao Senador Nogueira da Gama, homem de notável cultura jurídica e geral, brilhante parlamentar e que honrou o MDB e o glorioso Estado de Minas Gerais durante o tempo em que desempenhou aquela missão.

Tem o Senador Pedro Ludovico grande responsabilidade naquela substituição. Entretanto, estou absolutamente convicto de que S. Exa. com a inteligência, cultura, patriotismo e demais qualidades que lhe ornamentam a personalidade se conduzirá à altura do correligionário ilustre que acaba de suceder na 1ª Vice-Presidência.

O Sr. Nogueira da Gama — Permita V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com satisfação.

O Sr. Nogueira da Gama — Ao dar entrada no plenário ouvi, com muita honra para mim, com muito desvanecimento, as generosas palavras de V. Exa. restando-me uma homenagem, merecida, porque, na verdade, a minha luta, nesta Casa, como fora dela, representa, sempre a exaustão que procuro dar ao cumprimento dos meus deveres. Mas, creia V. Exa. que fiquei profundamente sensibilizado com os elogios que de V. Exa. ouvi, que V. Exa. tão bondosamente me dirigiu. Muito grato, assim, pelas suas generosas palavras.

O SR. RUY CARNEIRO — V. Exa, Senador Nogueira da Gama, nada tem a agradecer ao seu colega, amigo e admirador. As palavras que acabei de pronunciar, os conceitos que acabei de expender sobre a figura de V. Exa. são a expressão da verdade e eu os ouvi há tempos do próprio Senador Pedro Ludovico em palestra que mantivemos neste plenário.

O Sr. Pedro Ludovico — Permita V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Senador Ruy Carneiro, os elogios que V. Exa. me faz são um pouco suspeitos e muito generosos, porque V. Exa., como bem disse há pouco, me tem amizade fraternal e verdadeira. Há muitos anos convivemos neste Senado, sempre nos demos muito bem, sempre fomos amigos e até há certa afinidade de pensamentos entre nós. Entretanto, não deixo de agradecer os encômios com que V. Exa. me brindou. Aliás V. Exa. deve ser considerado como um dos mais lídicos representantes do Brasil, nesta Casa. Vem V. Exa. da velha Paraíba, de um Estado pequenino onde a luta é forte e quando um homem dali atinge as posições que V. Exa. tem galgado, quando um homem, principalmente do Nordeste chega a Governador de Estado, é preciso grande capacidade de luta, grande capacidade de sofrimento. V. Exa., nobre Senador Ruy Carneiro tem estas qualidades. Agradeço, portanto, comovidamente, as palavras generosas de V. Exa. para comigo.

O SR. RUY CARNEIRO — Senador Pedro Ludovico, conceitos judiciosos no meu entender, não representam elogios. Sendo assim, o julgamento por mim feito aos eminentes colegas nominalmente focalizados e outros que ainda desejo referir-me constitui apenas uma modalidade de exaltar-lhes os méritos e virtudes.

Sr. Presidente, o Senador Aarão Steinbruch, da bancada do meu partido, que substitui o ilustre representante do Amazonas, o meu compa-

cheiro de partido Senador. Edmundo Levi, também levará sobre os ombros uma pesada carga de responsabilidade, tendo em consideração o valor e a maneira como o colega substituiu o seu mandato no seu mandato de secretário da Mesa. Acredito, porém, que o operoso e brilhante representante fluminense dignificará os votos de sua bancada e corresponderá integralmente à confiança dos que lhe conferiram tão honroso posto na Mesa.

Por fim, quero também exaltar a figura do ilustre representante do MDB, Senador Lino de Mattos, este bravo lutador do Estado bandeirante, que substitui o posso companheiro, essa figura respeitável por todos nós estimada que é o Senador Sebastião Archer.

Feitas estas considerações, num justo preito de homenagem aos meus nobres pares que compõem a Comissão Diretora da Casa, passo a tecer alguns comentários em torno do problema angustiante do povo brasileiro: habitacional.

No meu entender, o Banco Nacional de Habitação, que é o órgão central na liderança dessa batalha para dar-se teto ao brasileiro, foi uma das mais valiosas iniciativas da Revolução.

Faço essa afirmação sem temer críticas, porque todos nós estamos sentindo que aquele estabelecimento de crédito, com o fim específico de dar guarida aos lares brasileiros, está procurando desempenhar sua missão com grande êxito.

A orientação traçada pelo seu ilustre Presidente, Dr. Mario Trindade, e sua valiosa equipe de Diretores e auxiliares, utilizando as Caixas Econômicas dos Estados, cooperativas e outros órgãos, através de convênios para a intensificação da construção de residências, representa um teste de êxito que vai alcançar esse setor da administração pública brasileira.

Agora mesmo realiza-se, sob os auspícios do BNH, no Rio de Janeiro, a VI Conferência Interamericana de Poupança. Com representantes dos diversos países do hemisfério e dos Presidentes das Caixas Econômicas dos Estados do Brasil, foram instalados, na segunda-feira última, no Copacabana Palace, os trabalhos dessa Conferência.

Tenho a impressão que essa Conferência produzirá bons frutos para os brasileiros no setor habitacional.

Acompanhando com interesse todos os passos desse estabelecimento, em cujos destinos nutro uma profunda fé, solicitei a um dos seus Diretores, o meu prezado amigo Dr. Luis Carlos Fonseca Vieira, alto funcionário do Senado, atualmente honrando o nome do funcionalismo desta Casa no BNH, elementos que me permitam voltar a esta tribuna e dar o resultado daquele convênio.

Ontem, o Senador Aarão Steinbruch procurou, num bem fundamentado discurso, focalizar o problema habitacional no Brasil. Em face daquela preocupação, antecipei-me a fazer hoje este pronunciamento acerca da VI Conferência Interamericana de Poupança, onde está sendo debatido assunto do maior interesse do povo brasileiro.

Diariamente, vemos nos jornais noticiário sobre convênios assinados entre o BNH, as Caixas Econômicas e cooperativas. Ontem mesmo li notícia de convênio firmado entre a Direção do BNH e várias cooperativas das mais conceituadas de São Paulo.

Focalizando a Paraíba, Estado que represento nesta Casa, posso informar ao Senado que o plano habitacional está sendo executado com seriedade num ritmo apreciável. A Caixa Econômica do meu Estado sempre teve bons administradores no passado. Porém, faltava-lhe os recursos indispensáveis para que pudesse realizar plano de envergadura do que atualmente está sendo feito.

O Presidente daquele estabelecimento na Paraíba, Dr. Cláudio de Paiva Leite, embora meu adversário político, vem executando, através de convênio com o BNH, um trabalho digno de aplausos.

Pergunto eu ao Senado: se não tem a existência do Banco Nacional de Habitação, seria possível a Caixa Econômica por em execução o plano habitacional que se vem realizando na Paraíba? — Não!

Dai, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por que, com minhas modestas palavras, desejo motivar o Dr. Mario Trindade e seus ilustres companheiros para que, um trabalho árduo, honesto e eficiente, levem a todos os recantos da Pátria os objetivos do Banco Nacional de Habitação. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Antes de conceder a palavra ao orador seguinte, cumprio, com satisfação, o dever de agradecer as palavras generosas, sumamente generosas, aliás, para comigo e justas e merecidas para com os ilustres demais colegas da Mesa, com que o eminente Senador Ruy Carneiro, que, para honra do seu glorioso Estado, há 17 anos, engrandece esta Casa com uma modelar atuação parlamentar, julgou oportuno incentivar, estimular os seus colegas recentemente eleitos para a Comissão Diretora do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senhor Senador Edmundo Levi.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, elemento categorizado do Ministério da Indústria e Comércio informo-me, em face de solicitação e diligência minhas, que o Conselho Nacional de Borracha acaba de deferir o aumento de 40% sobre o preço base da borracha silvestre.

Não se pode dizer, Sr. Presidente, que o percentual conferido corresponda, com justiça, ao acréscimo do custo dos gêneros, artigos e utilidades necessários ao trabalho e a manutenção dos extratores de borracha na selva amazônica. Entretanto, Sr. Presidente, constitui um estímulo, um alento à grande massa, a totalidade dos homens que, no interior Amazônico, labutam na rude tarefa de produzir borracha para o Brasil.

Ao fazer esta comunicação à Casa quero congratular-me com os seringalistas e com os seringueiros porque, de qualquer forma, o Governo, ouvindo os apelos que brotavam do intrínseco da selva e as constantes advertências feitas nesta Casa e na Câmara dos Deputados, houve por bem atender, em parte razoavelmente, aquele justíssimo pleito dos homens da minha região.

Quero louvar e congratular-me com seus esforços, os representantes da Amazônia, nesta, como naquela outra Casa do Congresso Nacional, que, constantemente, se empenharam, decididamente, no afã de fazer ver ao Governo a tragédia que se abatera sobre a Amazônia, em decorrência da falta de preço compensatório para a principal atividade regional. Destaco, naquela Casa, o esforço, a dedicação do Deputado Nunes Leal, de Rondônia, que não mediu sacrifícios até quase se indispondo com elementos do Governo, a que pertence, fustigando com rigor os desacertos e mostrando a necessidade inadiável da concessão do aumento pleiteado.

Nesta Casa, destaco o apoio de todos os Srs. Senadores quer do MDB, quer da ARENA e, em especial, o trabalho fecundo, dedicado e modesto do eminente Senador José Guionard, do Acre, que tanto se empenhou por essa concessão.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com todo prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Edmundo Levi, V. Ex.<sup>a</sup> tem acompanhado que esta Casa, sem discriminações partidárias, levanta-se erida sempre que aqui são localizados interesses econômicos e sociais da Amazônia, região que V. Ex.<sup>a</sup> tem defendido com tanto brilho em atuações constantes e eficientes.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito obrigado.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex.<sup>a</sup> defendeu, realmente, ao lado do Senador José Guionard e de todos os Senadores da sua região e com o apoio integral dos Senadores de todos os partidos...

O SR. EDMUNDO LEVI — Com a dedicação de V. Ex.<sup>a</sup>, também.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Obrigado ao nobre colega. V. Ex.<sup>a</sup> defendeu sempre com profundo espírito público os interesses reais da Amazônia, sobretudo no setor que Vossa Ex.<sup>a</sup> refere. Agora traz V. Ex.<sup>a</sup> ao conhecimento do Senado e da Nação o ato do Governo mandando elevar o preço da borracha em cerca de 40%, com o que atende, consequentemente, os representantes da região, apoiados integralmente pelo Senado nas suas formulações e apelos de melhoria para o produto de grande interesse para a economia da Amazônia. Esse fato do atendimento do Governo a uma solicitação do Senado Federal tem alta significação para mim. V. Ex.<sup>a</sup>, como eu, pertence ao partido de oposição ao Governo. A nossa missão, eminente Senador, é exatamente esta: pleitear, protestar, fiscalizar, enfim, uma missão inspirada no nosso espírito público, no nosso patriotismo, para que o Brasil atinja realmente a meta do mais amplo desenvolvimento. Não é uma oposição sistemática, como não é oposição demolidora inspirada pela filosofia mórbida do "quanto pior, melhor", mas, oposição construtiva, quer criticando atos do Governo quer criando óbices à atuação do Governo quando, a nosso ver, eis contraria o interesse nacional. V. Ex.<sup>a</sup> nos traz a notícia de que o Governo Federal atendeu a reivindicação da Amazônia no setor da borracha, elevando em 40% o preço da borracha em sua região. Por isso quero, aqui, congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup>, com a população da Amazônia, com os seringueiros que vivem nessa luta titanica, nobre, elevada, sofrendo as maiores torturas naquela região. E estendo minhas congratulações ao Governo Federal, através dos seus órgãos competentes e especializados na matéria, por termos um auxílio, uma aspiração, uma reivindicação da Amazônia, ou seja do Brasil, atendida pelo Governo, que por esta forma, demonstra compreensão dos altos problemas nacionais, espírito público e patriotismo. V. Ex.<sup>a</sup> recebeu de minha parte as congratulações efusivas de quem assistiu à luta de V. Ex.<sup>a</sup> e de seus companheiros na região amazônica, defendendo a elevação de preço da borracha, hoje conseguida por ação do Governo Federal.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço o aparte do eminente Senador Argemiro de Figueiredo. E ao agradecer, quero salientar que S. Ex.<sup>a</sup> foi talvez aquele senador que mais deu apoio, com sua palavra, com suas sugestões, com suas críticas, ao pleito, ao pronunciamento e à atividade dos representantes da Amazônia que tanto lutaram nesta Casa para uma melhoria do preço da borracha silvestre.

Mas, Srs. Senadores, ao trazer esta informação à Casa, agradecendo colaboração de todos, em nome da minha região, quero formular um apelo ao Banco da Amazônia S. A., para que

reexamine e reformule a sua política de financiamento às atividades extrativistas de borracha na Amazônia, a fim de que as empresas vinculadas àquela instituição de crédito possam prosseguir nas suas atividades, especialmente aquelas que estão em atraso, aos quais o banco concedeu uma dilatação do prazo mas sem a possibilidade de novos financiamentos.

Desde que o Governo atendeu ao pleito dos seringalistas, majorando o preço-base da borracha em 40%, quero solicitar ao Banco da Amazônia S. A. que preveja a sua orientação e forneca aos seringalistas, sobretudo aqueles em atraso, os recursos indispensáveis à continuação dos seus trabalhos, honrando assim os seus compromissos para com aquela instituição.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.<sup>a</sup> outra intervenção?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Recordo Senador Edmundo Levi, a viagem ao Amazonas que, na anos, fiz com o saudoso Cunha Melo. Não nos limitamos a visitar a Capital, fomos conhecer alguns setores da economia amazônica e, dentre eles, os campos de seringais daquela região. Ouvi, aquele tempo, não me recordo qual o Diretor do Banco da Amazônia, censuras à orientação estabelecida pelo Banco que, na Amazônia e no setor da borracha, preocupava-se mais com o problema do financiamento aos intermediários do que aos produtores. Ora, o Banco fugia, assim à sua finalidade, exatamente a de fortalecer a ação dos produtores, uma vez que o intermediário tem elementos para defender-se sem possibilidade de prejuízo, pois que a venda de seus produtos é feita em função dos preços existentes entre o intermediário e o consumidor. Assim, o Banco da Amazônia, aquele tempo, agindo à sua finalidade cujo objetivo era de empregar o agricultor, para solidificar ou dar estabilidade ao desenvolvimento da economia da Amazônia, preocupava-se com os intermediários que tinham as maiores facilidades e rapidez para promover descontos de títulos e outras operações. Quero, pois, manifestar a minha solidariedade ao apelo que V. Ex.<sup>a</sup> formula à nova Direção do Banco da Amazônia, no sentido de que dentro da atuação do Governo aumentando o preço da borracha, se ajuste o Banco à sua política de desenvolvimento econômico e considere, sobretudo, as necessidades dos produtores da borracha amazônica.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço mais uma vez o aparte do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, sempre presente na defesa dos interesses da Amazônia.

O Sr. Adalberto Senna — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Uma vez que V. Ex.<sup>a</sup> está se referindo ao Banco da Amazônia, no momento em que o Governo dá um passo favorável àquela região, na execução da política da borracha, unto ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> um outro: o de que esse Banco apresse — vamos dizer assim — a execução do plano de assistência aos seringalistas, a que me referi em aparte recente a discurso de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato ao Senador Adalberto Senna. V. Ex.<sup>a</sup>, como eu, está satisfeito, porque há um sópro de encorajamento para a região amazônica, em face da medida tomada pelo Governo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, paro encerrando estas considerações e realizando o apelo feito ao Banco, compreendo perfeitamente que, em face do preço aviltado da borracha, com esse o Banco providências no sentido de acautelar os seus interesses.

Agora, entretanto com o preço-básico melhorado, o que repercutirá inevitavelmente na cotação do mercado livre, o Banco terá possibilidades, condições, de reaver facilmente todo o numerário empenhado no extrativismo da goma na região amazônica.

Sob a direção de um homem moço da Amazônia, — o Sr. Lamartine Nogueira — espero que o Banco possa reconsiderar sua orientação financeira, possibilitando desafogar a atividade do extrator de seringa na Amazônia, refinanciando seus negócios, a fim de que, pagando o que deve ao Banco, possa também sobreviver, servindo a Região e ao País.

Daqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mando o meu abraço e minhas congratulações a todos os extrativistas da Amazônia, representados no meu Estado pelo Sindicato da Indústria Extrativa daquela região, felicitando-os pela justiça que acabam de obter. (Muito bem. Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

#### O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso): — Senhor Presidente e Senhores Senadores a transcendente importância do trigo no mundo é reconhecido por todas as nações. Sabem elas que o valor nutritivo e as múltiplas utilidades do cereal fazem-no credor das maiores atenções por parte dos seus governos. O Brasil, de sua parte, tem a obrigação urgente de procurar todos os meios possíveis para aumentar a nossa produção, valendo-se dos recursos que já outros países se utilizam, como há pouco tempo citamos o Paquistão e a Índia.

No dia 20 de novembro de 1963 apresentamos projeto de lei nesta Casa, objetivando estabelecer um sistema de supressão nas importações de trigo, que chegaria a atingir a 95%, no final de 6 anos. Estabelecia o projeto que no primeiro ano de vigência dar-se-ia a redução de 15%, 30% no segundo, 45% no terceiro, 60% no quarto, 75% no quinto e finalmente no sexto ano, 90%, ficando, a partir daí proibida a importação desse cereal. O projeto em questão, infelizmente, não mereceu aprovação do Senado e foi arquivado no dia 8 de julho de 1964. Se nossa intenção tivesse se convertido em lei, hoje, decorridos mais de quatro anos, certamente já estaríamos nas portas da auto-suficiência.

A proposição visava obrigar os moinhos de trigo ao financiamento da lavoura tritícola no país, como, aliás, é feito com a cana-de-açúcar, cujos lavradores são dessa forma auxiliados. Note-se, por outro lado, a grande diferença: Enquanto a cana-de-açúcar precisa de 18 meses para que se conheça o resultado da qualidade da cana, o trigo leva apenas 5 meses.

Outro fato para o qual chamamos a atenção governamental através de requerimento de informações, há poucos dias, é o de que, ultimamente, tem-se verificado vendas de muitos moinhos de trigo do Brasil a firmas estrangeiras, ainda que com aparências de nacionais. Este é outro assunto que deve merecer os maiores cuidados do Executivo, pois, é notório que as firmas compradoras não são movidas por interesses de incrementar a produção interna nacional, com evidente desestímulo à plantação, gerando, desta forma, o agravamento no setor da importação.

Quero repetir os magníficos exemplos do Paquistão Ocidental e da Índia. O primeiro importando sementes de trigo anão mexicano, empregou-as no solo paquistanês e, em apenas três anos, espera colher 6 milhões de toneladas, resolvendo, assim, um

grave problema de seu país que há mais de 30 anos vinha suplicando o Governo. A Índia agora, resolveu seguir o mesmo caminho e temos conhecimento de que as sementes do México já estão sendo plantadas nessa parte da Ásia.

Isso demonstra que a celeuma gerada em torno da propalada "guetética" não tem razão de ser, em tão grande profundidade. Parece-nos que atrás da eterna contenda, se escondem as mãos poderosas dos interesses alienígenas, excusos, abusivos. Precisamos de três milhões de toneladas para nossa independência e para isso possuímos imensas áreas cultiváveis que dariam não só para nosso abastecimento mas, também, para uma grande exportação. No entanto, nossa safra — pequena, talvez não atinja a 500 mil toneladas, como a do ano passado.

#### Senhores Senadores:

Estamos lendo pelos jornais que a Argentina recusou vender-nos trigo e receber produtos industriais brasileiros. Esse procedimento, todavia, não é novo. Aconteceu, agora, exatamente o que se passou durante a Segunda Grande Guerra, quando ficamos sem trigo e a nação platina vendera o produto a outras nações que, àquela época, pagavam mais. Esse é um fator prejudicial aos interesses comerciais do Brasil, pois há necessidade de se se atentar, também, para os compromissos internos dos elenques brasileiros. A prática argentina se reveste das formas mais indesejáveis, infelizmente tão comum no mercado internacional.

O "Business Latin América, do dia 29 de fevereiro de 1968 diz que a Comissão Especial do Acordo Brasil-Argentina de Coordenação (CEBAC) entrou em recesso por não ter chegado a um acordo sobre esse assunto. E o jornal "Estado de São Paulo", do dia 5 de março deste ano, diz que a Argentina vai vender trigo à China Comunista e à União Soviética e a outras nações, segundo Buenos Aires. E não é a primeira vez.

O México se encontrava em condições de crescente importação do produto, porém, adotando-se uma política forte, sadia, inteligente e independente, conseguiu não só ser auto-suficiente mas exportador, sendo hoje o Brasil um dos seus compradores.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador José Ermírio, não escondo meu entusiasmo toda vez que se levantam os Senadores da República em defesa dos interesses econômicos de nossa Pátria. E' com o maior prazer, com o maior júbilo que ouço inúmeras vozes, do nosso partido e da ARENA, fazendo apelos no sentido de que o País olhe sobretudo a política do desenvolvimento da economia agrícola. E' uma política indispensável no mundo atual, sobretudo quando nos sabemos que o drama da fome vai se alastrando, vai impressionando locas as nações do mundo. V. Exª. é uma das grandes figuras de atuação nesse setor. Patrioticamente vem formulando apelos quase todos os dias, no sentido de que se olhe para esse ou aquele setor, para que possamos atingir a emancipação econômica necessária, vital para a política do Brasil. Agora, V. Exª o problema do trigo. Não vejo como nem por que, eminente Senador, não tenhamos ainda produção suficiente para o consumo nacional. Está evidente que a produção de trigo não depende de clima, nem de altitude de regiões.

Os exemplos da América do Norte e alguns do próprio Brasil, na região de

São Francisco, torna bem claro que a produção de trigo depende apenas de cuidados técnicos, especializados. Não se pode justificar que um país como o nosso fique na dependência de nações estrangeiras para a produção necessária ao seu próprio consumo. Não se pode conhecer que um País como o nosso, face a uma lavoura como a do trigo, cujo ciclo, vegetativo é de cerca de cinco meses, fique nesse impasse, nessa dúvida, nessa hesitação e não se lance, com todo o esforço do Governo e das empresas privadas, no sentido de uma produção suficiente para o consumo nacional.

V. Exª tem nossos aplausos. Quanto ao Governo, é para ele que devemos apelar. Que olhe para esse problema a que V. Exª se refere e a ele se lance com todas as forças, extinguindo dos nossos espíritos essa vergonha por que temos passado, de não produzirmos o trigo necessário ao consumo do nosso povo. Minhas congratulações a V. Exª, nobre Senador, com gratulações entusiásticas, porque V. Exª está defendendo um dos maiores interesses políticos da economia do Brasil.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Meus sinceros agradecimentos, Senador Argemiro de Figueiredo. V. Exª compreendeu e compreende o problema de grande parte dos produtos agrícolas do Brasil. V. Exª quando Governador da Paraíba, deixou marca que jamais será retirada do Estado: uma produção de cerca de 150 milhões de toneladas, em um Estado que produz hoje mais ou menos a metade. Agradeço o enriquecimento que V. Exª traz ao meu discurso. Trata-se de um produto cuja falta nos faz sentir realmente diminuídos e, como V. Exª disse muito bem, até envergonhados.

(Lê)

No entanto, aqui temos grandes homens de inteligência, capacidade administrativa e sobretudo de forte vontade de trabalho, a fim de realizarmos uma tarefa semelhante a daquela país. Acrescente-se, ademais, que não é de grande complexidade a plantação e cultivo do trigo. E' uma cultura que não exigirá mais do que esforço.

Quando Ministro da Agricultura, adotamos a medida de impor a obrigatoriedade da mistura de milho, soja e ração de matadouro na farinha de trigo, a fim de evitar a exploração nas compras de trigo das nações vendedoras. Porém, naquele tempo, havia sobra de trigo. Hoje, não. O mundo se ressentia da falta do produto e os estoques mundiais caem a cada dia que passa. Aquela época era possível negócios em bases mais favoráveis do que hoje, como aquelas condições excepcionais de prazo de pagamento até 40 anos. Hoje, tudo tende a uma modificação maior ainda. Falta o produto, escasseia-se o trigo, cresce o número de países necessitados, austra-se a fome.

Nessas condições são boas, como disse. Tenho um relato de um agrônomo americano que vive hoje na Califórnia, que diz o seguinte: "A Oeste de Ponta Grossa até o Iguaçu, o Estado do Paraná possui áreas de plantação de trigo, para suprir o Brasil e para exportar".

Senhores Senadores, por estas razões dirigimo-nos ao Senhor Presidente da República, neste momento, para que tome as providências mais urgentes no setor tritícola, lance uma campanha nacional para incremento à plantação, importe sementes do México ou de outro país, como mesmo o Paquistão, e, afinal, esclareça o país e faça-o produzir. Não é possível que a nação fique pagando uma taxa, cerca de 200 milhões de dólares na importação e deixar-nos toda uma população de quase 90 milhões à mercê das investidas de quem quer que seja.

Simultaneamente, há necessidade de se fazer o levantamento dos possuidores de moinhos de trigo, fazendo-os, por outro lado, co-responsáveis pelo crescimento tritícola.

Lembre-se, finalmente, o Governo Brasileiro de que não existem governos amigos. Podemos, isto sim, ter amigos particulares mas, jamais, governos amigos, pois estes agem visando os interesses de seus povos.

Apelamos, ainda, para as justas qualidades democráticas do nobre líder do Governo, senador Daniel Krieger, para que faça tudo o que estiver ao seu alcance junto às autoridades federais nesse sentido.

Senhores Senadores a verdade é que sobre a harmonia, as relações amistosas que devem ligar os governos, será imprescindível prevaleça o interesse econômico, cujos êxitos, de parte a parte, explicam e justificam o continuado intercâmbio. Não há interesse para nenhum governo adiantar-se em atrativos com outro para tornar-se mais pobre; nem tampouco atender aos imperativos éticos festejar o empobrecimento alheio, conquistado pela ganância ou cupidez inclemente.

Os governos devem contratar objetivamente, com vistas ao interesse comum das partes, sem se enredarem nas tramas da habilidade mafiosa, própria dos "experts" de expertise, de que sempre resulta um passado inconcessável ou um passivo deplorável.

E' preferível o Brasil produzir trigo a mais, superior mesmo ao seu consumo e podê-lo exportar, como alfas fazem o México, Espanha e Estados Unidos, mantendo até mesmo a importação do trigo argentino se lhe convier. Daí a razão porque devemos plantar, colher e nos emanciparmos para que não soframos, como agora, o ferrete de imposições. Plantar trigo é muito mais fácil que implantar siderurgia. Se temos o maior não nos afogemos, pois, pelo menor.

Estas palavras significam, portanto, mais uma advertência em que advertida figura a nossa capacidade imensa ainda não utilizada.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a questão do trigo piora a cada dia que passa e as imposições também cada dia aumentam.

Ou o Brasil toma uma atitude, e adota a política de produzir trigo, como fazem outros países, pois até a Espanha já o exporta, ou estaremos dentro em breve na situação de viver sem o produto e até passar fome, trazendo desolações aos seus habitantes, porque a Nação tem condições de produzi-lo até para exportar. (Muito bem! Palmas).

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard  
Arthur Virgílio  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Petrônio Portela  
José Cândido  
Arnon de Melo  
José Leite  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Paulo Torres  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Milton Campos  
Filinto Muller  
Mello Braga  
Alvaro Catão



**O SR. PRESIDENTE:**

(Giberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Clodomir Millet.

**O SR. CLODOMIR MILLET:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, anunciaram os jornais que está iminente a vinda, ao Congresso Nacional, de anteprojeto de lei visando ao estabelecimento das sublegendas no nosso sistema eleitoral e partidário.

De iniciativa do Sr. Presidente da República, o projeto viria com a anotação definida, no preâmbulo, de que deveria ser aplicado o dispositivo constitucional que estabelece a apreciação, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta das duas Câmaras, no prazo limitado pelo próprio dispositivo constitucional.

Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que, durante o ano de 1967 os meios políticos, particularmente no Senado da República e na Câmara dos Deputados, se preocuparam com elaboração de um projeto que viesse ao estabelecimento das sublegendas.

Como, evidentemente, cada um queria o projeto à sua maneira, à sua feição, procurando, certamente com o exame da situação de seu Estado fazer que a proposição atendesse às peculiaridades da sua região e aos interesses do seu grupo político, não foi possível, Sr. Presidente, a elaboração definitiva de uma redação que satisfizesse a todos.

O Senador Eurico Rezende foi convidado a fazer o exame de todas as propostas apresentadas, para apresentar ao Senado um projeto, que aqui seria naturalmente emendado e, por ocasião de sua tramitação nesta Casa e na outra Casa do Congresso, pudesse, tanto quanto possível, representar a média de opiniões que possibilitasse justamente a aprovação de uma lei que englobasse as diversas contingências regionais e os interesses generalizados dos diversos grupos políticos.

Viu-se, porém, Sr. Presidente, que o projeto não começou sequer a ser discutido no Senado, onde foi apresentado. Pretendeu-se dar-lhe uma tramitação em caráter de urgência urgentíssima, como permite o Regimento da Casa, mas em boa hora os Líderes políticos compreenderam que matéria de tal vulto, sobre a qual se tem discutido tanto tempo, sem se chegar a qualquer conclusão, não poderia ser apreciada no prazo exigido de 48 horas, como fora a pretensão daqueles que quiseram apressar a sua tramitação nesta Casa.

Retirado o Requerimento de urgência urgentíssima, ficou a matéria para ser discutida na Sessão Legislativa deste ano. Nesse intervalo, ou com as férias parlamentares, viu-se que seria impossível, através mesmo de emendas ou dispositivos novos que fossem acrescentados à proposição inicial, chegar-se àquele desiderato, que era o almejado por todos, ou seja, uma lei uniforme, capaz de atender às diversas reivindicações que se formulava, sobretudo tendo em vista os aspectos peculiares da questão em determinados Estados, onde já se anuncia uma luta sucessória difícil e com aspectos de certa gravidade até

A liderança do nosso Partido, Sr. Presidente, vendo a impossibilidade de harmonizar as diversas tendências, resolveu levar o assunto ao Sr. Presidente da República. Formularam-se diversas questões, apresentaram-se sugestões, e o assunto foi entregue à consideração dos órgãos governamentais.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que aqueles que tanto lutaram para a instalação das sublegendas, não a fizeram para um fato de alta importância e de grande significação.

Se aqui dentro, os diversos grupos não se entenderam, como se pode admitir que vão aceitar aquilo que vai ser feito por outro grupo, que é aquele que comanda, no Executivo, a política nacional, naturalmente a sua maneira, também, e a seu modo.

E quero particularizar a questão, sem que nisso vá qualquer ofensa, e não considerem minhas palavras como capazes de melindrar a este ou aquele, acaso envolvidos, a esta hora, na elaboração desse projeto de lei.

Começemos, por exemplo, com o Ministro para os Assuntos do Gabinete Civil, o nosso colega Deputado Rondon Pacheco. A S. Exª caberia a tarefa de elaborar o projeto, para submetê-lo ao Governo.

Ora, sabemos que o Deputado Rondon Pacheco tem lá os seus interesses na política mineira — onde as coisas acontecem, muitas vezes, diferente do que costuma ocorrer nos outros Estados.

Assim o Deputado Rondon Pacheco, naturalmente, ao elaborar esse projeto, terá em vista o que acontece no seu Estado ou o que acontecerá por ocasião da eleição de 1970 e, segundo se diz, S. Exª é até um dos candidatos a Governador.

Mas não ficaria nisto o caso, se considerarmos que de S. Exª não deveria sair, em definitivo, o projeto que o Governo enviaria a esta Casa. Saindo do Gabinete da Presidência da República o estudo, sob a forma de anteprojeto, iria para o Gabinete do Sr. Ministro da Justiça, o ilustre Professor Gama e Silva.

Todos sabemos que o Professor Gama e Silva não é político, ou pelo menos, declara que não exerce atividade político-partidária, porém, evidentemente, representará na ocasião, e terá isto bem em mente quando examinar a matéria contida neste anteprojeto, os interesses de seu Estado e do Grupo, ao qual S. Exª naturalmente estará filiado.

Não sei se será assim. Possivelmente deve ser o grupo do eminente Governador Abreu Sodré. S. Exª, o Sr. Governador tem, naturalmente, sobre a matéria, além do interesse próprio de um político e de um governador que deseja influir inclusive na sua sucessão, o interesse como político de que essa matéria não prejudique ao seu Estado e ao seu grupo. Se o Governador Abreu Sodré conseguir influir no ânimo do Sr. Ministro da Justiça, para que o problema da sublegenda venha com a marca dos Campos Eliseos, hoje Palácio dos Bandeirantes, então, teremos um projeto já mais paulista do que mineiro. Quando a matéria chegar ao Congresso Nacional, veremos que a luta se tornará muito maior, muito mais difícil de conter, em fase do que possa haver no projeto de novidade.

Há outro aspecto interessante para o qual chamo a atenção dos eminentes Srs. Senadores. Todos sabemos que, nesta Casa, estão alguns dos mais intransigentes defensores das sublegendas, visando, justamente, a situação que se vai criar nos seus Estados, no que diz respeito à sucessão de 1970.

Citarei, por exemplo, o nosso colega Senador Carvalho Pinto, de São Paulo, como o Senador Ney Braga, do Paraná. Quero chamar a atenção, em particular, daqueles Srs. Senadores, dos colegas que estudam a matéria, há muito tempo, para o seguinte fato: o projeto do Senador Eurico Rezende começava, nesta Casa, foi apresentado nesta Casa, sua discussão se iniciava, portanto, no Senado. Daqui iria para a Câmara dos Deputados onde sofreria as discussões naturais. Depois viria para esta Casa, de volta, como Câmara Revisora, a fim de que fossem examinadas as emendas apresentadas na Câmara dos Deputados.

Se essas emendas não satisfizessem, naturalmente, aquelas condições necessárias para que esse projeto tivesse alguma influência nos Estados tais e quais, o Senado poderia pô-las anexo, rejeitá-las e aprovar o seu projeto inicial, tal como saiu daqui.

Mas, agora, não; há projeto vindo do Sr. Presidente da República cuja discussão começa na Câmara dos Deputados. Esta encontra-se muito rebelde ao projeto de sublegenda. Não havendo preparação não sendo os meios políticos alertados para este fato, poderá haver consequência muito séria.

Nós sabemos como se fazem essas coisas. Devemos considerar que a Câmara dos Deputados pode não querer aprovar o projeto, pode querer emendá-lo de tal maneira que o projeto acabará desfigurado. Por outro lado, os interessados na aprovação da matéria, não conseguindo sua aprovação, na Câmara dos Deputados, poderão encontrar meios e modos de fazê-lo passar na outra Casa, sem qualquer apreciação, a fim de que o projeto venha para o Senado aprovado por decorso de prazo. No Senado, já a essa altura, as coisas estarão de tal maneira que, talvez, não se chegue a uma conclusão. O projeto subirá então, neste caso, à promulgação do Presidente da República. Não mais será sanção, pois teria ele que ser promulgado.

Então, aqueles que tanto lutaram por uma lei que atendesse a certas particularidades do Estado, e de grupos políticos de natureza pessoal, terão que se conformar com uma lei, no fundo redigida por grupos que não comungam com suas idéias ou que pelo menos, não quiseram incluir no projeto elementos que os políticos, os nossos colegas, Deputados e Senadores que tratam desta matéria, têm interesse em ver consubstanciados na lei de sublegendas.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Agradeço pelo aparte de V. Exª

O Sr. Josaphat Marinho — A objetividade com que V. Exª entenderia os passos iniciais da elaboração do anunciado projeto de lei, a propósito de sublegendas, demonstra que se quer fazer uma lei de caráter permanente, por motivos circunstanciais, para atender, apenas, a interesses políticos de determinados grupos.

O SR. CLODOMIR MILLET — Eu, francamente, Senador Josaphat Marinho, não concordo com a opinião de V. Exª, nem foi este o intuito meu ao fazer o histórico inicial, antes de começar realmente, o debate da matéria. Mas, que fosse assim. Não há lei que possa ser chamada de provisória, para atender a situações emergentes, que não devam ser votadas ou que devam ser condenadas só por isto. Não. Evidentemente, temos votado projeto desta ordem e devo dizer que toda matéria eleitoral deste País é votada, assim, à última hora, em cima das eleições, provocando muitas vezes, até situações casuísticas. São pequenos acidentes que ocorrem na elaboração desses projetos. Mas isto é assunto que não deve ser considerado, principalmente quando pretendemos tratar da matéria, sob o ponto de vista constitucional, legal e até mesmo sob o ponto de vista do alto interesse político que ela revela.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª permite nova intervenção? (Assentimento do orador) — Antes que V. Exª entre na parte propriamente expositiva do projeto, permito-me assinalar que o aspecto de que estamos tratando é importante, p. que a própria moralidade da lei para não dizer sua validade jurídica, vai depen-

der desses pressupostos. E, se no passado fizemos leis para atender a interesses circunstanciais, nesses precedentes não se deve apoiar a Revolução que tanto tem timbrado em proclamar que veio para corrigir as distorções do processo político brasileiro. Não será condizente com a anunciada moralidade revolucionária submeter a elaboração de lei permanente aos interesses circunstanciais.

O SR. CLODOMIR MILLET — Agradeço o aparte de V. Exª e é possível que, no desdobrar da matéria, volte ao assunto.

Mas, Sr. Presidente, fiz um relato sucinto da evolução, vamos dizer, das conversas em torno de uma coisa que estava em ser, isto é, que não existia ainda.

Mas, uma coisa puxa outra, como costumamos dizer, e vem, logo depois o assunto da vinculação do voto partidário. A sublegenda sózinha não vale nada e nada tem que ver com a vinculação. Aqui, no projeto inicial, discutiu-se muito se deveria ou não ser incluída a vinculação no estabelecimento das chamadas sublegendas e também não se chegou a um acordo a esse respeito.

A matéria vem do Executivo agora, com ou sem o voto vinculado.

Eu, de mim penso que, se o Deputado Rondon Pacheco for realmente o autor do projeto que teremos de apreciar, não haverá vinculação alguma.

O Deputado Rondon Pacheco é, ou era, pelo menos, visceralmente, contra o voto vinculado.

Está aqui o nosso caro Ministro, que, ao tempo da elaboração do anteprojeto de lei eleitoral, participou, ativamente, do processo de revisão da proposição formulada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O Professor Milton Campos assistiu e tomou parte na discussão da vinculação do voto partidário no Palácio do Planalto. Foi honrado com o convite do Sr. Presidente da República para participar desse processo de revisão do anteprojeto de lei elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Era Ministro da Justiça e Negócios Interiores o nosso colega Senador Milton Campos. Participou da reunião o Desembargador Colombo de Sousa, que foi o relator da matéria no TSE, bem assim o Deputado Oscar Correia, também convidado pelo Sr. Presidente da República.

Quero fazer, nesta hora, justiça ao Presidente Castello Branco. Ele levava a sério toda matéria sobre a qual tinha de opinar. E opinava, principalmente, — e é o caso que nos interessa — sobre aquela que, de suas mãos, teria de vir para a apreciação do Congresso Nacional.

Então, artigo por artigo do Código Eleitoral foi estudado na ocasião. Ele aceitava os nossos pareceres e dava os seus. E dizia sempre: no fim, a conclusão é minha, porque sou eu o responsável pelo projeto que tiver de ser enviado ao Congresso Nacional. Ele, porém, ouvia a opinião de cada um daqueles que, ao seu lado, examinavam a matéria.

Lembro-me de que a certa altura, o Presidente Castello Branco perguntava como se poderia fazer para que o eleitor pudesse votar, realmente, num partido; como se poderia fazer para evitar que o eleitor desse um voto para Deputado estadual de um partido, para Deputado federal de outro partido, para Governador de outro Partido, para Senador de outro partido — e eram 13 os partidos a esse tempo. Como se cada um desses partidos, ou pelo menos não todos, mas tinham programas diferentes, defendiam teses inteiramente diferentes?

Como se pode fazer isso? Considerava o Presidente Castello Branco um absurdo um eleitor votar, por exemplo, para Deputado Federal num representante da UDN; num Deputado do PTB, para Deputado Estadual. Nessa hora, conversou-se a respeito e o Deputado Oscar Correia e eu, procuramos apresentar uma fórmula pela qual se pudesse fazer constar num Projeto de Lei Eleitoral o que desejava o Presidente Castello Branco. Mas, de logo, reagimos contra a extensão da vinculação porque, pelo que despreendemos, ele desejaria a vinculação total: quem votasse para Governador, Senador, Deputado Federal teria que votar para candidatos registrados na mesma legenda.

Discordamos — e foi o voto comum — todos nós dessa generalização da vinculação.

Então ele aceitou fôsse iniciada, em caráter experimental, a vinculação para Deputado Federal e Estadual e, aí, vieram os dispositivos do Código Eleitoral que regulam a matéria. Tudo isso tem importância e não pensemos os Srs. Senadores que estou evocando esses fatos, que estariam desiguados da tese que vou defender, simplesmente para render enômios à ação do eminente Presidente Castello Branco ou de nossa modesta atuação no caso. Não.

E' que o projeto veio à Câmara dos Deputados e lá, na Comissão de Constituição e Justiça, sofreu a maior oposição neste ponto, da parte do Deputado Rondon Pacheco.

A tal ponto foi a oposição que, embora alertado para o fato de que aquela matéria era da iniciativa e do interesse do Presidente da República, ele declarou nada ter com isso, não aceitar a vinculação, porque a achava inconstitucional, e sem qualquer interesse político, sobretudo na oportunidade.

Então, foram apresentadas duas emendas que foram aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e aprovadas no Plenário.

As emendas foram as seguintes: O art. 146, IX, letra "b", do Código Eleitoral, diz:

"Escrevendo o nome o prenome ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais sendo que nas eleições para Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, os candidatos indicados devem ser do mesmo Partido sob pena de nulidade do voto para os dois cargos".

Esta emenda visava a retirar desse dispositivo as expressões finais. Então ficaria assim redigido o dispositivo:

"Escrevendo o nome, o prenome ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais..."

Retirava-se o resto:

"...sendo que, nas eleições para Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas os candidatos indicados devem ser do mesmo Partido, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos".

Foi aprovada a emenda e ficou redigido, então, no Código Eleitoral o dispositivo, sem as expressões finais. Mas houve outra emenda, e essa visava, justamente, o artigo 175, § II, do Código Eleitoral. Dizia o seguinte:

"Serão nulos os votos, para Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, se o eleitor indicar candidatos a deputado federal ou estadual de Partidos diferentes".

Aprovada essa emenda, esse dispositivo saiu do projeto.

Bem, o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, não aceitou isso. Vendeu-se, então, daquele dispositivo que lhe assegurava a promulgação do seu próprio projeto, se, no decorrer do determinado prazo, a matéria não tivesse sido aprovada pelo Congresso Nacional. E o promulgou.

Todo o trabalho do Congresso — Senado e Câmara — ficou perdido. E no projeto estava a matéria, redigida nos termos em que acabo de dizer. Mais tarde foi apresentado um projeto com apenas um artigo alterando o prazo para registro de candidatos.

A Câmara aprovou a proposição para fazer incluir grande parte da matéria, que não o havia sido no projeto da lei em vigor, uma vez que resultara de emendas da Câmara e do Senado.

Em seguida, vieram os dois dispositivos novamente. Quer dizer, houve uma emenda suprimindo no Código Eleitoral o artigo 175, § 2º e outra modificando o artigo 146 nº IX, letra "b".

O Presidente vetou o Artigo 146 com a nova redação dada pela lei de 15 de maio de 1966 e erra, no veto, ao outro artigo, que era o artigo 40 da nova lei, dizendo "ficam revogados o Artigo 175 § 2º da Lei de 15 de junho de 1965. O Presidente, em vez de vetar isso, vetou os artigos 38 e 39 que nada tinham que ver com matéria de vinculação.

O Congresso Nacional manteve o veto do Presidente da República e, então, o Artigo 146 nº IX, letra b, ficou com a redação primitiva e aí está a vinculação.

Houve alegria geral. O Deputado Rondon Pacheco — dou meu testemunho — era dos mais entusiasmados com a apreciação, na volta da matéria ao Congresso, apreciação da vinculação pelo Congresso, com as modificações introduzidas. Todo mundo se alegrou porque o Presidente errara ao vetar o dispositivo que eliminava o § 2º do artigo 175. Verificou-se, porém, que fora uma vitória de Pirro, porque o dispositivo adotava o voto vinculado mas estabelecia determinada condição para a nulidade dos votos dados. E isto ficou. O Tribunal aplicou a lei, e ficou a vinculação.

E' verdade que as eleições transcorreram muito bem. Até devo dizer que a vinculação provou bem, sob certos aspectos. O Deputado Rondon Pacheco não teve de que se queixar, uma vez que a vinculação não o prejudicou em Minas Gerais e muito menos em Uberlândia. O eleitorado votou nele com toda a vinculação de lei.

Entretanto, não sei por causa disso, ele mudou de idéia. Acreditou que se o projeto viesse do Sr. Rondon Pacheco não trará a vinculação, de tal maneira era ele contrário à vinculação que não pode ter mudado só pelo fato de agora ser Ministro, ainda mais quando poderá voltar, a qualquer momento, à Câmara dos Deputados, e participar das votações como Deputado. Se, porém, o projeto vier primariamente do Ministério da Justiça, talvez os interesses do grupo que o Ministro representa queiram a vinculação. São Paulo talvez queira. As forças políticas de São Paulo, que ele representa, talvez queiram, e, neste caso, poderá vir a vinculação.

Na minha opinião — é verdade que sou diletante nesses assuntos, apenas examino e tenho bom senso, naturalmente, para ver o que, no meu entender, estaria certo ou errado — na minha opinião, naturalmente, não prevalecerá na hora em que estudiosos da matéria, juristas e constitucionalistas, resolverem examiná-la a fundo, do ponto de vista legal e constitucional.

Mas, eu acho que sublegenda com vinculação não vai ser possível. E não

há artificialismo capaz de acomodar vinculação com sublegenda.

Eu defendo — e vou agora entrar na matéria — a sublegenda, do ponto de vista da constitucionalidade. Ela, em si mesma, nada tem de inconstitucional. Talvez venha a se tornar inconstitucional o projeto de lei que estabelecer a sublegenda, quer arranhando a Constituição, quer infringindo dispositivos expressos da Constituição, isto dependendo da maneira como for redigida a lei. No meu entender, há impossibilidade de concluir-se vinculação com sublegenda. Aí é que me parece, seria gritante a inconstitucionalidade. Explico. Na eleição proporcional não há — e ninguém alega — inconstitucionalidade da sublegenda. Por outro lado, sequer haverá necessidade de sublegenda na eleição proporcional. Se a lei estabelecer que os partidos podem indicar o dobro de candidatos e que a sobra, que a lei diz ser de 1/3, pode ser elevada para 50% para que diversos grupos apresentem seus candidatos, o partido registrará esses candidatos, porque deve haver vaga para todo mundo.

Mas, na eleição majoritária, se acusa de inconstitucional o dispositivo que estabelece a sublegenda. E diz-se que, de acordo com a Constituição, na eleição majoritária o voto é diretamente dado ao candidato, não se está votando no partido. Perguntaria: algum candidato pode-se registrar sozinho, sem partido? Todo candidato não tem que ser registrado por um partido? Se a lei não traz a obrigação da legenda encimando a cédula na eleição majoritária, como o faz em relação à eleição proporcional, basta modificar a lei e determinar que a cédula tenha a legenda, se for o caso. Mas está implícito que o voto dado ao candidato a Senador, por exemplo, está sendo dado ao partido que o inscreveu. E tanto isso é verdade que não pode haver senador que não seja filiado a um partido. A lei que está em vigor, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, estabelece no seu Artigo 76 o seguinte:

"Nos registros do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas ou das Câmaras Municipais, o representante do povo será inscrito na representação do partido sob cuja legenda se elegeu".

Então, há uma legenda do partido, o ele foi inscrito nela. Se o partido, por acaso, resolve e a lei o permite — indicar dois ou três candidatos — para uma vaga, tal como a lei permite já em relação às eleições proporcionais aumentar de um, três, ou cem por cento, o número de vagas para efeito de inscrição de candidatos, embora elas sejam as mesmas, temos de admitir que nada há de inconstitucional sob esse aspecto, porque os três elementos indicados serão votados em função do partido que os indicou e registrou. E daí, advém, naturalmente, o resto. Só pode ser constitucional a matéria se houver a soma dos votos. No momento em que não se somarem os votos, não, sim, é gritante a inconstitucionalidade. Serão três partidos em um só! Embora não esteja expresso, é implícito: é um partido, um segundo partido e um terceiro partido dentro de uma só legenda, o que não seria possível admitir.

Então, concluirei esta parte do meu raciocínio dizendo que, na apuração dos votos, se não houver a soma das legendas, para que cada legenda tenha tal número de votos, ou seja, cada partido terá tal votação, chegaremos a conclusão absurda de que houve uma sublegenda — uma segunda sublegenda e a terceira, como partidos definitivos, não registrados pela Justiça Eleitoral, mas implicitamente aceitos, pelo menos na eleição, na hora de votar. Isto seria um absurdo, e

não pode ser aceito, no meu entender, porque seria garantidamente inconstitucional.

Mas, a soma das sublegendas, para que o partido possa apresentar, ao final da votação, que a legenda obteve, já aí é outro aspecto do questão. Sublegenda, como o nome está dizendo, é subordinada à legenda. Não se pode admitir que sejam a mesma coisa, ou que não haja legenda e haja apenas sublegenda. Deve haver a legenda e deve haver a sublegenda, como expressão, por exemplo, da vontade de uma minoria que não se conforma com tal ou qual orientação que a direção do partido esteja dando, neste ou naquele setor regional da agremiação.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Pois não, ouço com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Em princípio, nobre colega, parece-nos que a sublegenda só poderá ser admitida se houver permissão constitucional expressa. De outro lado, não há como estabelecer equiparação entre a eleição proporcional e a eleição majoritária, para o efeito da instalação da sublegenda. Quando V. Exa. se refere a circunstância de que, na eleição proporcional, a lei já admite a apresentação de um número maior de candidatos do que o de vagas, a prover, daí não resulta nenhum argumento favorável à tese da sublegenda para o voto majoritário. E' que, na eleição proporcional, pode aumentar-se o número de candidatos. Porém, cada eleitor vai votar dentro do partido, no candidato de sua preferência, sem que este voto seja, amanhã, transferido para outro candidato. Somam-se os votos obtidos por todos os candidatos, para apurar a preponderância de um partido sobre o outro, mas não se transfere, dentro do número de candidatos, o voto de um para o outro, tanto que cada candidato é eleito pela ordem dos votos obtidos. Na eleição majoritária, o rigor há de ser maior, porque se ninguém, em verdade, pode ser candidato independentemente de legenda, nessa eleição, entretanto, o voto é qualificadamente pessoal. Vota-se, através do partido, no candidato, e não pode ser de outra forma, porque somente por esse critério se obedecerá ao sistema constitucional da eleição majoritária, segundo a qual, na experiência e na lição do Direito Universal, o candidato eleito é aquele que, entre vários competidores, tem o maior número de votos, pouco importa o número de candidatos. Se a lei não exige a maioria absoluta, eleito é o candidato que, entre dois, três, ou quatro competidores, haja tido o maior número de votos.

No momento em que se somarem votos de sublegendas, mas resultantes de candidatos entre si competidores ou contrapostos, o que se está fazendo não é assegurar a vitória de um Partido, mas promover a subversão do sistema majoritário de eleição. E isto não pode ser feito mediante lei ordinária. Dirá V. Exa.: se não pode somar não interessa a sublegenda. Mas esse é um problema secundário. A Constituição é que não pode ser subvertida para atender aos interesses ocasionais de grupos políticos.

O SR. CLODOMIR MILLET — Eu não diria isso.

O Sr. Josaphat Marinho — Se não pode somar, e se não somando, a sublegenda importa em instituir Partidos diferentes, então não se institua a sublegenda. O que não se pode é, em nome de interesses ocasionais, subverter o que está estabelecido na Constituição.

O SR. CLODOMIR MILLET — Agradeço o aparte e, como sempre, V. Exa. expõe o seu ponto de vista muito brilhantemente aos Congressistas de igual mérito.

Estou dando apenas uma opinião pessoal e não quero discutir o assunto além do que já disse aqui.

Mas esse introito, no que diz respeito à sublegenda, já agora analisando o caráter de sua inconstitucionalidade ou constitucionalidade, levamos a uma segunda parte.

Não sei se terei tempo, se estarei obtendo a paciência dos Srs. Senhores — mas vou resumir a matéria, focalizando alguns pontos que julgo essenciais.

O problema das sublegendas não é novo. Foram criadas no regime discricionário, chamado revolucionário, pré-constitucional de 1967. Estava em vigor a Constituição de 1946, mas não existia, evidentemente, a de 1967.

Criou-se então a sublegenda, para atender a certos interesses, para acomodar situações, uma vez que o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos. Veio o Ato Complementar nº 4 e deu oportunidade à criação de organizações provisórias.

Em vez de partir-se logo para o quadro da organização dos Partidos Políticos, nos termos da Lei Orgânica dos Partidos, que definia ou regulamentava muito bem a situação partidária, partiu-se para a criação de organizações provisórias, com atribuições de partidos políticos.

Embora teoricamente fosse possível a criação de três organizações, na prática, evidentemente, não se podia conseguir mais de duas. Para se conseguir a segunda, foi preciso prorrogar-se o prazo de registro no Tribunal Eleitoral, porque o número de Senadores não estava completo: 20 senadores e 120 deputados. Teoricamente poderíamos ter três organizações partidárias. Mas não, tivemos só duas organizações partidárias.

Na hora de se acomodarem as coisas, verificou-se que cada organização era composta de elementos vindos das diversas agremiações, que o Ato Institucional cria programas diferentes, enfim, razões diferentes.

Aquilo que o Presidente Castello Branco quis fazer, ao instituir o voto vinculado na eleição, ia por água abaixo. No momento em que, embora um programa feito às pressas, se tivessem reunido todos esses elementos, evidentemente as ideias de cada um eram inteiramente diferentes, com uma origem partidária dos mesmos.

O Sr. Josaphat Marinho — Excmo. ecumênico.

O SR. CLODOMIR MILET — Na verdade, são Partidos ecumênicos, no sentido mais lato da expressão, porque nós temos, evidentemente, com a sua composição de defender ideias gerais e generalizadas, envolvendo todos e cada um no mesmo plano — diria.

O problema é o seguinte: criadas as sublegendas, foi a sua aplicação limitada às eleições de 1966.

E todos os atos subsequentes procuraram regulamentar a matéria ou estendê-la a esta ou aquela eleição, ou dar nova orientação conforme o caso surgido. De qualquer maneira, terminadas as eleições de 1966, houve um Ato que criou as eleições determinando a faculdade da sublegenda para eleições municipais, porque elas se iriam realizar em 1967 e havia a de Sergipe, que não se realizara em 1966, e que acabou se realizando em 15 de março de 1967. Por causa das eleições de Sergipe e das outras que se realizaram em 1967, houve então um Ato determinando que, nas eleições municipais, se admitiria sublegenda.

Não tendo havia mais eleições municipais o ato estaria sem efeito.

Veio então o Ato Complementar nº 37, que estabelece, categórica e expressamente a sublegenda.

Art. 4º Nas eleições diretas poder-se-á admitir o registro de candidatos em sublegenda, desde que requerido por um terço dos membros do respectivo Conselho Diretora competente para fazê-lo.

Cabe, aqui, uma explicação, quando se embolou a sublegenda, ou os atos que estabeleceram o regulamentar sublegendas, dizia-se: "conformar-se-á estabelecido no Estatuto dos Partidos".

Evidentemente, aquela altura, os dois Partidos aceitaram, sem discutir, a sublegenda. Era uma facilidade. O Partido poderia aceitá-la ou não. Tanto a ARENA como o MDB concordaram. O MDB foi até mais longe na análise dos dispositivos ou na sua regulamentação como se devia fazer a sublegenda, como se devia aplicar em cada caso de eleição, etc., etc.

Então os dois partidos aceitaram, sem qualquer protesto, na oportunidade, o estabelecimento da sublegenda através de um Ato. Poderia ter recusado. A ARENA, evidentemente, não recusaria, se aquilo fora feito, no dizer do Senador Josaphat Marinho — com o qual concordo — para acomodar uma situação, possivelmente dentro da ARENA, que do Governo não interessava acomodar situação no outro partido, mas o M.D.B. aceitou, sem tugar nem mugir, o disposto no Ato Complementar e inscreveu no seu Estatuto — e eu o tenho aqui — a sublegenda, que era apenas facultativa, dando-lhe até um certo caráter de obrigatoriedade. Porque dava de tal maneira as normas para o estabelecimento da sublegenda que se chega a pensar que, realmente, o interesse do partido era aceitar. E houve, de fato, interesse. Tivemos o caso da Guanabara, assim como outros, em que o M.D.B. tinha interesse vital na sublegenda.

Aquilo foi parafraseando o Senador Josaphat Marinho — uma lei feita para acomodar situações, inclusive dos partidos adversários. O Governo foi generoso. Mas agora não. Já com o Ato nº 37, a ARENA apressou-se a inscrever, nas disposições gerais de seu projeto de Estatuto, que tenho aqui, o seguinte:

(Lê)

"O partido disputará as eleições, nos termos da lei, até o máximo de três sublegendas".

"Até o máximo de três sublegendas". Não se sei a ARENA, ao inscrever no seu estatuto esse dispositivo, está aceitando tacitamente o que diz o Ato Complementar nº 37. Parece que não está ligando muito ao Ato, está esperando a lei. Porque se o ato diz que a sublegenda só pode ser permitida se requerida por um terço dos membros do Diretório, evidentemente não pode haver mais de três. E não pode, na prática, haver mais de dois. É muito difícil que 33% para cada uma não ultrapasse os 100%.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Com todo prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — Eu gostaria que V. Exa, nessa exposição minuciosa que está fazendo sobre o problema, esclarecesse na sua interpretação se, em face do Ato Complementar nº 37, estaria subentendido a soma das sublegendas. Realmente, no Estatuto dos Partidos havia dispositivo nesse sentido; parece, entretanto, pela dialética de V. Exa, que o último dispositivo que regula o assunto, é o Ato Complementar nº 37, que estabelece o requisito de um terço, mas não insere a providência da soma das sublegendas para efeito de eleições.

O SR. CLODOMIR MILET — Com muito prazer respondo a V. Exa, dan-

do minha opinião. Evidentemente, não sei o que pretendeu o legislador quando o elaborador do Ato Complementar, com seu poder de olhar para esse caráter institucional.

Não sei se quis deixar isso a critério dos partidos, do Tribunal Eleitoral, do Congresso, de quem for. Mas, de qualquer modo, se pelo que está escrito no Ato, a matéria, mesmo regulamentada, não pode passar além do permitido a sublegenda em todas as eleições diretas, desde que requerida por um terço de membros do respectivo diretório. Evidentemente, se se permitida a sublegenda e se pretendesse esse ponto de vista de que institucional se não somar, está incluído que deverá somar; ao contrário, passa a ser inconstitucional.

Vou terminar estas considerações porque a hora está avançada e não inscreverei noutra oportunidade para discutir a matéria, já agora abordando a legalidade, a validade do Ato. Vou dando logo o meu ponto de vista: entendo que o Ato Complementar nº 37, editado a 14 de março, às vésperas de entrar em vigor a Constituição, não tem valor. É uma opinião pessoal e a defenderei com os argumentos que me ocorrerem, vão ocorrer certamente, porque muitos argumentos somente na hora do debate me ocorrem. Terminarei ouvindo o apêndice do nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Eu admito, numa intervenção que V. Exa teve a bondade de me permitir, que, sem norma expressa da Constituição, não pode haver sublegenda. Mas admitindo para argumentar que poderia ser estabelecida a sublegenda, em face do Ato Complementar nº 37, e de outra lei que vier a ser votada, é evidente que não pode ocorrer a soma de votos dos candidatos contrapostos. A indagação do nobre Senador Wilson Gonçalves envolve a indagação dos tipos de votos que a Constituição estabeleceu. Note V. Exa que, salvo para Senador, ninguém vota em mais de dois candidatos para um mesmo cargo, para um mesmo posto. É que a Constituição estabeleceu o voto uninominal. Mesmo aí se votando em dois candidatos, porque são duas vagas a prover. Mas quando se trata de eleição para prefeito ou vice-prefeito, para governador ou vice-governador, o eleitor não pode votar simultaneamente em dois candidatos, porque a Constituição estabeleceu o voto majoritário uninominal. Consequentemente, possível não é, em face da Constituição, depois da eleição, somar os votos recebidos, digamos, por dois candidatos a governador, para dar vitória ao partido a que ambos pertencem. E não pode somar exatamente porque a Constituição não estabeleceu senão o voto uninominal. Não admito, em nenhuma hipótese, o voto plural, voto cumulativo, voto duplo, absolutamente. Este o motivo que leva à conclusão a que V. Exa chegou e, no particular, estamos de acordo. Em nenhuma hipótese poderá ser considerado subsistente, quando a sublegenda, o Ato Complementar nº 37.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito grato ao aparte de V. Exa.

Vou concluir estas considerações, prometendo voltar ao debate a matéria, talvez hoje à tarde se houver tempo. Mas quero terminar respondendo ao Sr. Senador Josaphat Marinho: O Ato Complementar nº 37 antecedeu a vigência da Constituição, mas foi posterior à sua promulgação. Os atos anteriores foram editados quando estava em vigor a Constituição de 1946 e os atos que estabeleceram a sublegenda e sua regulamentação do Estatuto dos Partidos previam a soma dos votos.

A Constituição de 1967 não modificou nada a respeito da matéria, em

relação à Constituição de 1946. É a mesma coisa — eleição majoritária, eleição proporcional — cujas as mesmas palavras. Não alterou em coisa alguma a estrutura, vamos dizer assim, do processo.

Então, se os Ato Complementares — esse o argumento de ordem política — editados naquele tempo e aceitos pelos partidos insculptos na Constituição, nos próprios estatutos dos partidos, se os Ato Complementares não contrariavam a Constituição em vigor, pacificamente aceitos até na forma de se fazer a contagem desses votos, até que os partidos estabelecessem as condições em que se fazia para o aproveitamento dos suplentes, nas sublegendas, nas eleições proporcionais, não vejo por que, na regulamentação deste Ato Complementar nº 37, se não fosse válido. Não se aplique a mesma coisa que se aplicou com relação aos atos anteriores, em plena vigência da Constituição de 1946, naquilo em que não fosse contrariada. Nenhuma das duas faz referência à sublegenda, mesmo porque pela Constituição de 1946 não existe a figura da sublegenda, esta é inovação revolucionária. A Constituição de 1967, porém, não adotou expressamente, mas também não dissociou a experiência da sublegenda. Foi omissa a Constituição de 1967, na apreciação da matéria.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Se V. Exa permitir, poderíamos continuar, a partir daí...

O Sr. Josaphat Marinho — Mas o aparte é exatamente em torno da afirmação com que V. Exa encerrou seu discurso. As situações são diferentes, historicamente diferentes. Sol a Constituição de 1946, ocorreu um golpe militar que se investiu do chamado Poder Constituinte de revolução. Em nome desse Poder Constituinte o Presidente da República, por Ato Institucional, era por Ato Complementar, alterava o próprio regime constitucional. É evidente que mesmo dentro do chamado direito de revolução, S. Exa não podia, legitimamente, alterar a Constituição por um ato complementar; mas, a verdade é que o fez soberanamente porque naquele instante não adiantava também a ninguém nem a qualquer partido, nem a qualquer tribunal, declarar a ilegitimidade da medida porque S. Exa invocava o Poder Constituinte e o ato afinal soberano. Agora é diferente. A própria revolução institucionalizou-se num novo sistema constitucional. Esse sistema constitucional não prevê sublegenda e adota um sistema de votos que é incompatível com a soma. É incompatível, a principal pelo critério de haver adotado o voto uninominal e não haver admitido, nem implicitamente nem explicitamente, voto plural, voto cumulativo, enfim, qualquer tipo de voto qualificado. Sendo assim, na situação atual, a lei ordinária, que não representa o arbitrário poder constituinte da revolução, não pode ser invocada, ou melhor, não pode ser adotada para modificar o sistema constitucional. Agora, não há mais poder constituinte da revolução. Se querem alterar o regime, não o farão, sob pena de confissão de hipocrisia, mediante reforma da Constituição.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito grato a V. Exa, e prometo voltar ao assunto a partir daí.

Não aceito a validade do Ato Complementar número 37. Vou seguindo os passos de V. Exa, e firo no meio do caminho. Para instituir a sublegenda para alterar a legislação existente, preciso que haja uma lei ordinária. Não precisa haver golpe nem modificação da Constituição para estabelecer sublegendas, desde que na su-



instituição, no seu estabelecimento, não se fira a Constituição, não se passe por cima de disposições expressas ou mesmo implícitas, da Constituição.

É um assunto que nós abordaremos, mesmo porque, Senador Josaphat Marinho, a lei tem que ser muito bem feita. É de 1ª maneira difícil contornar as diversas situações, é de 2ª maneira difícil o estabelecimento de sublegendas nas diversas eleições, que não sei como se possa, a esta altura, fazer na lei esta institucionalização. E terminarei dizendo a V. Exa. que, no caso das sublegendas, começaríamos por discutir sobre quantas sublegendas, em quais eleições, se as mesmas sublegendas para todas as eleições, se uma sublegenda organizada por determinado grupo para a eleição, por outro determinado grupo para outra eleição, uma proporcional, outra majoritária. Enfim, se sobre tudo isso vier o voto vinculado, eu, francamente, não sei como se possam arranjar os legisladores na elaboração dessa lei tão complexa, de maneira que ela tenha aplicação prática, principalmente quando se fala em eleições municipais de São Paulo, Pernambuco e de outros Estados, que estão a reclamar a imediata atualização da Lei Eleitoral. E isto nos Partidos políticos, apenas nesta parte, porque ninguém quer cuidar da lei orgânica dos partidos políticos, de até modificar os artigos que estão em desacordo com o que preceitua a Constituição.

A matéria é muito vasta e ampla, e prometo, com minhas fracas forças, irei mais adiante no seu exame. Empenho-me em fazê-lo, Sr. Presidente, antes que chegue o projeto a esta Casa, porque quero que o meu ponto de vista seja expresso apenas de acordo com a minha convicção, sem saber sequer o que está pensando o Governo a respeito deste assunto ou o que, com referência a ele pretende mandar ao Congresso Nacional. — (Muito bem — Muito bem. Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

#### O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Mello Braga.

#### O SR. MELLO BRAGA:

Sr. Presidente, somente duas palavras.

A Imprensa do Rio de Janeiro, de hoje, segundo a Súmula que recebemos, aqui, no Senado, dá, com grande destaque, que o Sr. Ministro do Trabalho já recebeu os estudos feitos sobre a fixação do salário-mínimo.

Notamos, pelo noticiário que o aumento do salário-mínimo está para ser fixado entre 19 a 21%. Queremos, nesta oportunidade, manifestar o nosso desagrado, por antecipação, se o salário-mínimo vier a ser fixado neste valor.

A CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, vem pleiteando um aumento acima de 50%. E se fôssemos basear nos estudos feitos pelo DIESE, Departamento Intersindical de Estudos Socio-Econômicos, que fez o estudo baseado exclusivamente na lei que fixa os salários-mínimos e que é de 1942, na ordem progressiva, em razão do aumento do custo de vida na ordem progressiva, e em razão de custo de vida e de emissões, chegaríamos à conclusão de que o salário-mínimo real, para o dia presente seria de NC\$ 462,00.

Mas, vimos que o salário-mínimo atual, da Guanabara, está em ..... NC\$ 105,00. Para a família padrão, trabalhador, sua mulher e dois filhos.

haveria um acréscimo de mais 5% que representaria NC\$ 110,00.

Se vier um aumento de 20% ficaria esse trabalhador com NC\$ 126,00 ou com NC\$ 130,00, por mês. E' salário verdadeiramente insustentável para a manutenção de uma família.

Como vimos, também, há um certo desconforto quanto à fixação de salários, pois é fixado o aumento de salário ora para o funcionário público e ora para o trabalhador. Assim, quando se determina o aumento de 20% para o funcionário público, para vigorar a partir de janeiro fides as utilidades subiram de preço. Em razão disto, o Governo resolveu dar um pouco ao trabalhador mas não o que pretende e o de que precisa, evidentemente, para viver.

Finalmente, Sr. Presidente, concedendo-se o aumento do salário-mínimo, agora, amanhã, o funcionário público reclamará, porque, todas as utilidades aumentarão, automaticamente. Ficaremos, neste círculo vicioso em que todos reclamam e passam mal.

Quero aproveitar esta oportunidade para, da Tribuna, fazer um apelo ao Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho, a fim de que, no momento em que venha a tratar da fixação do salário-mínimo, considere, efetivamente, a situação do trabalhador, determinando-lhe o salário condigno que o possibilite a viver como o ser humano. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a presente sessão, anunciando para a próxima sessão ordinária a seguinte

#### ORDEN DO DIA

1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1968, (nº 29-A-67, na Casa de origem) que aprova o Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 163 e 164, das Comissões: de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.

2

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1968 (nº 55-A-68, na Casa de origem) que aprova o Decreto-lei nº 338 de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao artigo 12 e seu parágrafo 1º, do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967 tendo Parecer favorável sob nº 145, de 1968, da Comissão de Finanças.

3

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (nº 61-A-68, na Casa de origem) que aprova o Decreto-lei nº 314, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis ns. 157 e 238, de 19 e 28 de fevereiro de 1967, respectivamente, tendo Parecer favorável, sob

nº 146, de 1968, da Comissão de Finanças.

4

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1968 de autoria da Comissão Diretora, que apresenta Gilda Leal Costa, Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1967

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1967, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União, tendo Pareceres, sob ns. 138, 139 e 140, de 1968 das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura e de Finanças, pela aprovação.

### SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

#### ATO DO SR. PRESIDENTE

(Republique-se por haver saído com incorreções: — DCN de 23-3-68)

#### PORTARIA Nº 1, DE 1968

O Presidente do Senado Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47, nº 22, do Regimento Interno, resolve dispensar Wilson Palmieri Rodrigues, Motorista PL-8, do seu Gabinete, elogiando-o pelos excelentes serviços prestados.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1968. — Auro Moura Andrade, Pr. sidente.

#### ATO DO SR. PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

#### PORTARIA Nº 1, DE 1968

O Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, letra "c" do Regimento Interno, resolve dispensar, a pedido, das funções que vinham exercendo em seu Gabinete, os funcionários José Valdo Campelo, Geraldo Gama de Azevedo, Geraldo Caetano Filho, Janete de Miranda Parca, Vânia de Figueiredo Vivacqua, José Bulhões da Costa, Leil Azevedo Gomes, Aurélio Barbosa da Silva e Joel Pereira, louvando-os pela probidade e rigorosa exatidão com que desempenharam suas atribuições, sem uma só falta, omissão ou delibação, além da constante eficiência e segura competência que revelaram durante todo o período desse desempenho.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1968. — Camillo Nogueira da Gama

#### ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

#### PORTARIA Nº 15, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51 letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o seu Gabinete os seguintes funcionários:

Secretário — Lenine Barros Pinto, Orientador de Pesquisas Legislativas, PL-4.

Oficial — João Alves Ferreira, Motorista, PL-10.

Auxiliares — Maria do Carmo Brandão Cardoso, Oficial Legislativo, PL-6 Paulo Roberto Penido Ayres, Auxiliar de Secretaria, PL-11

#### I — PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL E QUE PODERÁ RECEBER EMENDAS PERANTE A COMISSÃO.

PLC-15-68 (nº 867-E-67, na Casa de origem) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de ..... NC\$ 496.000,00 para atender à programação especial de migrações internas. CALENDÁRIO: dias 22 de fevereiro, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11 de março

#### II — PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL E QUE PODERÁ RECEBER EMENDAS PERANTE A COMISSÃO MISTA.

PL-9-68 (CN) — institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências.

CALENDÁRIO: dias 22 de fevereiro 4, 5, 6 e 7 de março de 1968.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12.30 horas)

Ivone Régio de Miranda, Redator do Anais e Documentos Parlamentares, PL-2.

Francisco das Chagas Carvalho, Auxiliar de Portaria, PL-9.

Continuo — José Caetano Sobrinho, Continuo, PL-12.

Rui Elpidio de Medeiros, Auxiliar de Limpeza, PL-14.

Motoristas — José Leão Ferreira, Motorista, PL-10.

José Nóbrega, Motorista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de março de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 16, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51 letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar, a pedido, do Gabinete do Líder do Governo, Jairo Barbosa Mattos, Continuo, PL-12, mandando constar em seus assentamentos os elcgios formulados por aquela Liderança.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de março de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 17, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Líder do Governo os seguintes funcionários:

Secretário — Cláudio Júlio Freitas Carneiro, Oficial Legislativo, PL-6

Oficial — Francisco Estivallet Finamor, Oficial da Ata PL-3

Auxiliares — Arlete Belota Tapajós, Oficial Legislativo, PL-6

Isáaro Fereghetti, Auxiliar de Portaria, PL-9

Continuos — Joaquim Luiz da Rocha, Ajudante de Porteiro, PL-7

Fernando Coelho, Auxiliar de Portaria, PL-8

Secretaria do Senado Federal, em 6 de março de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 18, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51 letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve desli-



gar, a pedido, das funções de Auxiliar de Gabinete do 4.º Secretário, o Oficial Legislativo, PL-5, Durval Sampaio Filho.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de março de 1968. — *Dinarte Matiz*, 1.º Secretário.

#### PORTARIA Nº 19, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "J", n.º 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto no art. 6.º da Resolução n.º 8, de 1963 resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Ajustes Internacionais e Legislação Nacional de Energia Atômica, os seguintes funcionários:

Secretário — Geraldo Gama de Azevedo, Conservador de Documentos, — PL-6

Auxiliares — Janete de Miranda Parca, Pesquisador de Orçamento, — PL-10

Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto, Auxiliar Legislativo, PL-9

Continuo — Leil de Azevedo Gomes, Continuo, PL-12.

Motoristas — Joel Pereira, Motorista, PL-9

Gilberto Chaves Zelaya, Auxiliar de Limpeza, PL-11

Secretaria do Senado Federal, em 6 de março de 1968. — *Dinarte Matiz*, 1.º Secretário.

#### ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

##### PORTARIA Nº 32, DE 5 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Velloso Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6 para, sob a presidência do primeiro integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente havido com o auto do Senado, placa 80-06, dirigido pelo Motorista, PL-10, José Albuquerque, bem como avaliar os danos sofridos pela viatura.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de março de 1968. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral

##### PORTARIA Nº 33 DE 6 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Durval Sampaio Filho, Oficial Legislativo, PL-5 para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de março de 1968. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral

##### PORTARIA Nº 34 DE 6 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Diva Falcão de Carvalho, Auxiliar Legislativo PL-7, da Diretoria da Biblioteca e designa-la para ter exercício na Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, 6 de março de 1968. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral

##### PORTARIA Nº 35 DE 6 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso das suas atribuições resolve designar Alexandre Dumas Paraguassu, Oficial Legislativo, PL-6, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, 6 de março de 1968. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral

#### PORTARIA Nº 36, DE 6 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Zomelina Ribeiro Alves, Oficial Legislativo, PL-6, para Chefe da Seção de Controle e Tombamento de Bens da Diretoria do Patrimônio, a partir de 4 de março do corrente.

Secretaria do Senado Federal, 6 de março de 1968. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral

#### ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, nos termos dos arts. 270, item 1, e 302, e de acordo com os respectivos atestados médicos, abonou as faltas dos seguintes funcionários:

Cândido Hippert, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 1, 12 e 13.12.67, 23, 24 e 25.1.1968;

Ornilo Josué de Lima, Servente, PL-14, nos dias 28, 29, 30 e 31.12.67, e 1 e 2.1.1968;

Almerinda Vianna Baker, Oficial Legislativo, PL-5, no dia 21.2.68;

Aurisar Ramos Caetano, Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 1968;

Maria Antonieta Fonseca Paranaíba, Psicotécnico, PL-3, nos dias 22 e 23.2.1968;

Alexandre Dumas Paraguassu, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 9, 20 e 21.2.68;

Astrolábio da Silva Caminha, Auxiliar de Mecânico, PL-11, nos dias 30 e 31.1.68;

Acrísio Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-10, 31.1, 1 e 2.2.1968;

Amaro Corrêa de Oliveira, Continuo, PL-12, no dia 23.1.68;

Antonio Agildo Cavalcante, Motorista, PL-9, no dia 22.1.68;

Ary Leonardo Vianna, Redator de Atas e Doc. Parlamentares, PL-2, nos dias 23-1 e 30.2.68;

Adail de Souza, Auxiliar de Secretaria, PL-11, nos dias 8 e 9.2.68;

Agenor Nobre Filho, Auxiliar de Limpeza, PL-13, no dia 8.2.68;

Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiário, PL-8, no dia 13.2.68;

Abraão Barbosa Teles, Auxiliar de Limpeza, PL-14, no dia 8.2.68;

Artemira Sampaio Leite, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 2.2.68;

Airton Evangelista Rocha, Continuo, PL-2, nos dias 2, 9 e 10.2.68;

Adalberto José Carneiro, Ascensorista, PL-15, nos dias 13 e 14.2.68;

Alfeu Magalhães Mendonça, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 6 e 13.2.68 e 21 e 2.2.68, considerando uma como licença para tratamento de saúde;

Aureliano Pinto Menezes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 2 e 9-2-68; 22, 30 e 31-1 e 1-2-68;

Antônio Borges da Costa Filho, Locutor de Radiodifusão, PL-10, nos dias 22, 30 e 31-1 e 1-2-68;

Alaete da Cruz, Auxiliar de Limpeza, PL-13, nos dias 25-1, 2 e 19-2-68;

Braz Queiroz, Auxiliar de Limpeza, PL-14, no dia 17-2-68;

Bertino Lascosck Silva, Auxiliar de Portaria, PL-10, saída antecipada no dia 12-2-68;

Belmiro Fernandes, Marceneiro, PL-11, nos dias 2, 6 e 7-2-68 25 e 29-1-68;

Benedito José de Barros Auxiliar de Limpeza, PL-14, nos dias 5 e 15-2-68;

Célio Ribeiro Barbosa Silva, Auxiliar Legislativo, PL-10 no dia 19-2-68;

Cláudio Antônio de Almeida, Auxiliar de Secretaria, PL-11, nos dias 16 17 18, 19 e 21-2-68 — considerando duas como licença para tratamento de saúde;

Clóvis Correia Pacheco, Radiotécnico Auxiliar, PL-10, no dia 16-2-68; Carlos Augusto Seniz, Controlador Gráfico, PL-8 nos dias 30 e 31-1 e 1 de fevereiro de 1968;

Cláudio Idebargue Carneiro Leal Neto, Oficial Legislativo, PL-4, nos dias 31-1 e 2-2-68;

Cecília Marques Ferreira, Telefonista, PL-15, no dia 5-2-68;

Célia Maria Galvão Xavier, Telefonista, PL-14, no dia 13-1-68;

Carlos Augusto Alimendro, Auxiliar de Limpeza, PL-15 nos dias 8 e 9 de fevereiro de 1968;

Carlos Tórres Pereira, Taquígrafo de Debates, PL-3, no dia 31-1-68;

Crescília Aparecida V. Inocente, Auxiliar de Secretaria, PL-11, nos dias 15, 16 e 17-1-68;

Dalmar Lacerda Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-7, nos dias 1 e 2 de fevereiro de 1968;

Delmiro Saldanha Ramalho, Motorista, PL-9, nos dias 23 e 31-1 e 9 de fevereiro de 1968, 21 e 22-2-68;

Dalva Bastos Lopes, Enfermeira, PL-7, nos dias 14 (atuação no ponto), 19 20 e 21-2-68;

Décio Braga de Carvalho Controlador Gráfico, PL-6, nos dias 5 e 6 de fevereiro de 1968;

Durville de Barros Silva, Eletricista, PL-7, no dia 5.2.68;

Emília Campos Ribeiro, Telefonista, PL-12, no dia 19-1-68;

Eliezer Salles Ribeiro, Auxiliar de Limpeza, PL-14, no dia 30-1-68;

Eduardo Leão Marques, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 26-1-68 (saída antecipada);

Edson Sargues Prudente, Auxiliar Legislativo, PL-10 no dia 1-2-68;

Evaldo Gomes Carneiro, Continuo, PL-12, no dia 2-2-68;

Emílio dos Santos Vieira, Operador de Telex, PL-7, nos dias 9, 10, 11 e 12-2-68 considerando uma como licença para tratamento de saúde;

Emanuel Firme, Servente, PL-14, nos dias 20, 21 22 e 23-2-68 considerando uma como licença para tratamento de saúde;

Francisco José Noleto Neto, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 29 de janeiro de 1968;

Fernando Antônio Correia, Auxiliar de Secretaria, PL-11, no dia 30 de janeiro de 1968;

Fernando Giuberti Nogueira, Orientador de Pesquisas Legislativas, PL-4, no dia 22-1-68;

Frederico da Gama Cabral Filho, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 29 de janeiro de 1968;

Fernando Urbano, Auxiliar de Limpeza, PL-14, no dia 13 de fevereiro de 1968;

Francisco Pereira da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 6 15 de fevereiro de 1968 e 16 de fevereiro de 1968;

Francisco Olympio Gomes, Auxiliar de Portaria, PL-8 nos dias 29 30 e 31-1, 1 de fevereiro de 1968 e 20 a 23 de fevereiro de 1968, considerando duas como licença;

Gerardo Lima Aguiar, Oficial Legislativo, PL-6 no dia 1 de fevereiro de 1968;

Genoveva Ayres Ferreira Dias, Auxiliar Legislativo, PL-7, nos dias 29 e

30-1 e de 12 a 16 de fevereiro de 1968, considerando duas como licença para tratamento de saúde;

Gonçalo de Melo Araújo Farias, Auxiliar de Secretaria, PL-11, nos dias 16 e 29 de janeiro de 1968, e 23 de fevereiro de 1968;

Gesner Batista Dutra, Operador de Radiodifusão PL-10, no dia 6 de fevereiro de 1968;

Henrique Siqueira Tilmann, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 18, 22 23 e 25-1 e 15 de fevereiro de 1968, considerando uma como licença para tratamento de saúde;

Hélio Augusto da Silveira, Continuo, PL-12, no dia 22 de janeiro de 1968; Diretoria do Pessoal, em 1 de março de 1968. — *Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva*, Diretora do Pessoal.

#### ATO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

##### PORTARIA Nº 1-68

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria número 7-68, de 8 de janeiro, do Exmo. Sr. Primeiro Secretário do Senado Federal, resolve, na forma do parágrafo 2º do Artigo 223 da Resolução número 6-60, designar Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto, Auxiliar Legislativo, PL-10, para desempenhar as funções de Secretário da mesma Comissão.

Brasília, 4 de março de 1968. — *Aloisio Barbosa de Souza*, Presidente da Comissão de Inquérito.

#### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

*Ata da septuagésima-sétima reunião ordinária, realizada em vinte e três de outubro de mil novecentos e sessenta e sete.*

Aos vinte e três dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na Sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Cattete Pinheiro, Passos Porto, Henrique de La Rocque, Atílio Fontana e Armando Corrêa, sob a Presidência do Monseñor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Sr. Presidente da conhecimento ao Conselho das informações que prestou no mandado de segurança do Sr. Joel Barbosa, Ministro do Tribunal de Contas do Maranhão, ex-Deputado, que pretende receber pensão, embora ocupando aquele cargo. Em continuação o Sr. Henrique La Rocque relata favoravelmente, dentro das limitações propostas pela Secretaria, a emenda dos Tribunais superiores para, também, fazerem parte do Instituto. O Sr. Cattete Pinheiro pede vista do processo a fim de submetê-lo ao exame do Técnico Atuarial. O Sr. Pinheiro informa, ainda, que está enviando esforços para a criação de uma Madraça, Técnico Atuarial, agenciado, no mais breve prazo possível, relatório sobre a situação econômico-financeira do Instituto, inclusive quanto a possibilidade de aceitação dos projetos de lei em curso que alteram a legislação do mesmo. A seguir são deferidos os seguintes requerimentos: do Sr. Deputado Ivar Saldanha, que solicita auxílio-doença; do Sr. Deputado Moury Fernandes, também, de auxílio-doença; de Vera Moreira Ericson que solicita contagem de tempo em que o Congresso esteve de recesso, para percepção de pensão pelo Instituto. O Conselho deferiu em vista dos precedentes já aprovados. São indeferidos os seguintes requerimentos: de Relva Santos de Souza, que solicita recebimento de pen-

são a partir da data do seu afastamento da Câmara e não da publicação do ato como foi concedido; de João de Lima Teixeira que solicita recebimento de pensão embora no exercício do cargo de Ministro (o Conselho indefere nos termos da decisão de 23 de setembro último); de Hélio Alves Ribeiro que pede ressarcimento como associado do Instituto; de Elenita Maria Lima, solicitando m-préstimo simples, sem ter ainda contribuído para o Instituto; de Altamiro Cruz, pedindo auxílio-doença, para ressarcimento de despesas com tratamento de recuperação de sua filha. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu, Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Arruda Câmara.

*Ata da septuagésima-oitava reunião ordinária, realizada em primeiro de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito.*

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Aniz Eadra, Januário Carneiro, João Hercúlio e Armando Corrêa, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata de reunião anterior o Sr. Presidente solicita autorização do Conselho para reapplicar em Letras do Tesouro Nacional o capital obtido com as primeiras adquiridas e que terminaram o prazo no dia 31 último. O Conselho aprova a sugestão. A seguir, o Sr. Presidente

solicita ao Conselho que suspenda "ad tempus", a abertura de contas em outros Bancos além dos já autorizados o que também é aprovado. O Sr. Presidente apresenta, ainda, pedido da "Incasa", para aquisição pelo Instituto, de Letras Imobiliárias distribuindo o processo ao Sr. Aniz Eadra para relatar. Em continuação, são indeferidos os requerimentos do Sr. Luiz Pereira da Silva que solicita empréstimo especial por falta de assento legal e do Sr. José Tarcísio Gonçalves de Souza que pede inscrição no Instituto fora do prazo de lei, também é indeferido por falta de assento legal. Finalmente, são ainda deferidos os requerimentos de: auxílio-doença; Geraldo Gurgel de Mesquita, José Gervásio Torres Parente, Roberto Silva, Sebastião Archer da Silva, Ivar Saldanha, Ivan D'Apremont Lima, Givon Siqueira Machado, Mozart

Boaventura Júnior, Everton de Mello e Silva, Ivan Roque Alves, Amphisio Santos, Walter Evaristo dos Santos, Euripedes Cardoso de Menezes, Henrique Ferreira Filho, Edward Cattete Pinheiro, Antonio Teixeira Gueiros e Wilson Pereira de Carvalho; de desligamento dos Senhores William Lima Machado Newton, Orlando Costa, Antonio Américo Silva, Hugo Aguiar Levi, Pedro Souza Almeida. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Arruda Câmara.

(Publicada em Suplemento a ata da 6ª Sessão realizada em 7 de março de 1968)

## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Maranhão — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Gíberthi — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

## DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Lino de Matos — (SP)

Manoel Villça — (RN)

Vasconcellos Tóres — (RJ)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleophas

Teotônio Vilela

Júlio Leite

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

## MDB

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

José Ermírio

Mários Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Rui Palmeira

Vasconcellos Tóres

Daniel Krieger

Benedicto Valladares

Alvaro Maia

Lobão da Silveira

José Feliciano

Menezes Pimentel

Leandro Maciel

## MDB

Aarão Steindruhen

Aurélio Vianna

Mário Martins

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

José Feliciano

Lobão da Silveira

Petrônio Portela

Eurico Rezende

Atílio Fontana

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Arnon de Melo

José Leite

Mello Braga

## MDB

Adalberto Sena

Lino de Mattos

João Abrahão

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Carvalho Pinto

Carlos Lindenberg

Júlio Leite

Teotônio Vilela

Domicio Gondim

Leandro Maciel

José Leite

João Cleophas

Duarte Filho

Sigefredo Pacheco

Filinto Müller

Paulo Torres

## MDB

Mário Martins

Pedro Ludovico

Lino de Mattos

José Ermírio

Josaphat Marinho

João Abrahão

Secretário: Cl. Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Menezes Pimentel

Mem de Sa

Alvaro Maia

Duarte Filho

Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares

Antônio Carlos

Sigefredo Pacheco

Teotônio Vilela

Petrônio Portela

## MDB

Adalberto Sena

Lino de Mattos

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

João Cleophas

Mem de Sa

José Leite

Leandro Maciel

Manoel Villça

Clodomir Millet

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

Paulo Sarasate

Carvalho Pinto

Fernando Corrê

Antônio Carlos

José Thomaz

Daniel Krieger

Petrônio Portela

Atílio Fontana

Júlio Leite

Mello Braga

Carlos Lindenberg

Celso Ramos

Teotônio Vilela

Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Oscar Passos

Arthur Virgílio

Josaphat Marinho

José Ermírio

Lino de Mattos

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodriguez Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Ney Braga

Atílio Fontana

Adolpho Franco

Domicio Gondim

João Cleophas

Júlio Leite

José Cândido

Rui Palmeira

Arnon de Melo

Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino

José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.



## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

## A R E N A

## TITULARES

Petronio Portela  
Domício Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Julio Leite

## SUPLENTE

José Guilomard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

## M D B

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgílio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

## A R E N A

## TITULARES

Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

## SUPLENTE

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guilomard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

## M D B

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

## COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

## A R E N A

## TITULARES

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domício Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

## M D B

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## A R E N A

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

## SUPLENTE

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

## M D B

José Ermirio  
Lino de Mattos  
Aurélio Vianna

Josaphat Marinho  
Aarão Steinbruch  
Antônio Balbino

Secretário: Antônio Cavalcanti Mello Junior

## COMISSÃO DE PEDAGOGIA

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

## A R E N A

## TITULARES

Teotônio Villela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

## SUPLENTE

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guilomard  
Bezerra Neto

## M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## A R E N A

Benedito Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guilomard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

## M D B

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

## A R E N A

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

## SUPLENTE

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

## M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

## A R E N A

## TITULARES

Paulo Torres  
José Guilomard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

## M D B

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Mello

**A R E N A****TITULARES**

Vasconcelos Torres  
 Carlos Lindenberg  
 Arnon de Mello  
 Paulo Torres  
 José Gulomard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
 Antonio Carlos  
 Manoel Villaga  
 Menezes Pimentel  
 Celso Ramos

**M D B**

Arthur Virgílio  
 Adalberto Sena  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mattos

**A R E N A****TITULARES**

José Leite  
 Celso Ramos  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Gulomard  
 Petronio Portela  
 Domicio Gondin  
 Carlos Lindenberg

**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(6 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Gulomard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

**A R E N A****TITULARES**

José Gulomard  
 Fernando Corrêa  
 Clodomir Millet  
 Alvaro Maia

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Flinto Muller  
 Sigefredo Pacheco

**M D B**

Adalberto Sena  
 Secretário: Alexandre Mello

Oscar Passos

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.